

# Posição do CSN pode definir

Econômica

ANC PS

## a votação sobre recursos minerais

Da Sucursal de Brasília

Uma definição do Conselho de Segurança Nacional (CSN) sobre as propostas em discussão pelo Congresso constituinte para a exploração dos recursos minerais brasileiros será decisiva para a solução do atual impasse. Tanto a liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) quanto o Centrão esperam um pronunciamento oficial do conselho nos próximos dias, antes do início da votação do Título "Da Ordem Econômica e Financeira".

"Se vier uma definição do Conselho será extremamente positivo para reforçar a posição dos interesses nacionalistas", disse ontem o deputado Fernando Gasparian

(PMDB-SP), um dos interlocutores do partido nas negociações do título. Esta perspectiva baseia-se numa posição anterior do CSN: na votação do Título "Da Organização do Estado", o órgão apoiou a inclusão dos "recursos minerais, inclusive os do subsolo" entre os bens da União.

O Centrão também está interessado numa definição do CSN. Ontem à tarde, os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE), Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) e José Geraldo (PMDB-MG) estiveram com o general Rubem Bayma Denys, presidente do Conselho de Segurança Nacional, para uma rápida conversa. Alguns dias atrás, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), o principal negociador do partido para as

questões da área econômica, já estivera com o general.

1 "Ele nos disse que ninguém está autorizado a falar em nome do Conselho", afirmou Luis Eduardo. Segundo ele, o PMDB estaria tentando conquistar apoio entre os parlamentares, dizendo contar com o apoio do CSN. "A medida que isso não existe, facilita a negociação", acrescentou.

### Confronto

Duas posições estão em discussão pelo Congresso constituinte: 1) Pelo texto aprovado pela Comissão de Sistematização e defendido pela liderança do PMDB, a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuadas por brasileiros ou empresas nacionais,

mediante autorização ou concessão da União. 2) O substitutivo do Centrão defende que "no interesse nacional" a União concederá autorização ou concessão. Fica assegurada a atuação de empresas estrangeiras. Atualmente, estas empresas já exploram recursos minerais no país.

"Esperamos ver derrubado o texto do Centrão", disse o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), membro da Frente Parlamentar Nacionalista, ao participar anteontem da entrega de um documento, assinado por quatorze entidades, ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, contra a proposta do Centrão.

A partir de dados do Ministério das Minas e Energia e do Departa-

mento Nacional da Produção Mineral (DNPM), o documento da Frente diz que 401.757 Km<sup>2</sup> do subsolo brasileiro (38,1% do total) está sendo explorado por grupos econômicos estrangeiros. As empresas estatais detêm 26,9% e os grupos privados nacionais exploram 35%. As porcentagens são uma consolidação estatística que engloba autorizações para pesquisa e para lavra, segundo o documento.

O senador Roberto Campos (PDS-MT) é favorável a participação do capital estrangeiro na exploração dos recursos minerais brasileiros. Trabalhando com os mesmos dados do DNPM, ele disse que o "capital nacional não está habilitado para explorar os recursos brasilei-

ros", porque são necessários elevados investimentos para a pesquisa e o rendimento "é diferenciado ao longo do tempo". "Se aprovado o texto da Sistematização, o Brasil endividado repele o capital de risco que ajudaria pagar as dívidas", disse Campos.

Discordando do senador, Friedrich afirmou que não é necessária a pesquisa que aponte o "potencial" de recursos minerais. "É preciso uma decisão política para explorar", disse. Esta posição "fechada" do PMDB é contestada por Fiuza: "Ninguém quer inviabilizar o país. As empresas estrangeiras têm este direito no mundo inteiro. Tenho certeza que muita gente do PMDB vai votar conosco".